

ENTRE ALARMISMO E CONFORMISMO: A União Europeia e os Nacionalismos de Direita

José Pedro Zúquete

1. INTRODUÇÃO

O tom é dramático. Acelerado. Vertiginoso. A leitura não deixa dúvidas. É o manifesto do tudo ou nada. Assinado por intelectuais europeus entre os quais Umberto Eco, António Lobo Antunes, e Salman Rushdie, afirma-se, e reafirma-se, que o futuro da Europa passa por um de dois cenários: união ou caos. Ou dito de outra forma: integração ou barbárie. E os bárbaros que se aproximam, as hordas que destruirão a milenar civilização europeia, estão bem identificados. Estão por todo o lado e “vergonhosamente levantam a cabeça”: “os populismos, os chauvinismos, [e] as ideologias de exclusão e ódio”. Todos estes movimentos que a Europa tinha a obrigação de combater, “debilitar, marginalizar”, mas cuja ascensão continua, numa marcha permanente, sem fim. A Europa está a falhar na sua “missão”. O preço a pagar será o caos, ou a “morte” da Europa como “ideia”. E as luzes, mais uma vez, vão apagar-se sobre o continente (El País, 2013).

Este manifesto, que apela para a missão civilizadora da Europa, identifica como seu contrário todo um conjunto de partidos, movimentos e grupos que, principalmente desde as últimas décadas do século XX, também eles proclamam ter uma missão: a defesa das nações europeias face às várias ameaças que põem em risco a sua sobrevivência, como o globalismo, o supranacionalismo, a imigração massiva, ou a islamização. No meio da traição das classes políticas dominantes, estes movimentos veem-se a si próprios como os únicos defen-

sores da identidade, integridade e autenticidade das suas nações. É este o conceito-base da sua ideologia e, por isso, pode dizer-se que estes movimentos, de uma maneira geral, são partidários do nacionalismo.

Nesta perspectiva, existe a tendência, na academia e na comunicação social, para agrupar todos estes movimentos numa mesma família: a dos partidos da direita radical, extrema, ou populista. É certo que eles rejeitam esse tipo de classificação e, na maior parte dos casos preferem a designação “nacional” ou “nacionalista” para descrever a sua ideologia. Já quanto à designação “populista” não a rejeitam, até porque de certa forma ela legitima o seu próprio anti-elitismo, e o seu discurso contra o sistema político vigente. Mas o conceito de família política deve ser usado com precaução. Ou pelo menos, ter em conta que, tal como em qualquer outra família, juntamente com a afinidade, existe sempre a possibilidade de diversidade. E nas famílias a união não é imune à separação.

Assim, muitos dos partidos nacionalistas que hoje em dia marcam a política europeia tem pontos de partida distintos. A origem não é igual em todos os casos. As suas histórias de combate são diferentes. Existem partidos cuja origem é marginal, sub-cultural, e racial como o *British National Party*, ou o *Sverigedemokraterna* (Democratas Suecos). Outros, como a *Legha Nord* (Itália) e o *Vlaams Belang* (Bélgica), emergem na sequência de regionalismos, respectivamente no norte da Itália e em Flandres. Já partidos como o *Front National*, de França, e o *Freiheitliche Partei Österreichs* (FPÖ – Partido da Liberdade Austríaco), surgem com o apoio de redes nacionalistas antigas. Alguns partidos, como o *Dansk Folkeparti* (Partido do Povo Dinamarquês), desenvolvem-se na sequência de movimentos de protesto (no caso, contra os impostos). Também tem que se dar relevância a partidos que constituem uma novidade, ou seja, não se inserem propriamente em nenhuma tradição clara, e pré-existente, como o *Partij voor de Vrijheid* (PVV – Partido da Liberdade) de Geert Wilders, um antigo membro de um partido conservador holandês. Finalmente, os partidos da Europa central e do leste, como o partido húngaro *Jobbik*, são herdeiros de uma tradição pós-comunista, diferente dos partidos da Europa Ocidental. Esta distinção geográfica relativiza ainda mais o conceito de família política (Goodwin, Ramalingam e Briggs, 2012; Mudde, 2007).

A esta diversidade de tradições junta-se um outro fator: a mobilidade ideológica. A ideologia destes partidos não é estática, evolui ao longo dos tempos, adaptando-se a diferentes contextos, e respondendo a novos desafios. Por isso,

há quem defenda uma definição “dinâmica” dos partidos (van Spange, 2011, p. 298), porque atenta à possibilidade de mudança, quer por estratégia, quer por genuína evolução ideológica. Novos tempos muitas vezes trazem consigo novas prioridades e novos motivos para combates na defesa das comunidades nacionais; alguns temas perdem importância, outros passam a sobressair. Se o anticomunismo marcou o ideário dos nacionalistas, após a queda do muro de Berlim gradualmente desaparece para dar lugar ao anti-globalismo, que o substitui como inimigo número um. E outras mudanças, como se verá ao longo deste capítulo, marcam o campo nacionalista no século XXI (ver também Zúquete, 2012).

Ao mesmo tempo, embora esta família política – quer devido ao sucesso eleitoral de alguns partidos, ao interesse da mídia e da opinião pública, ou por simples ativismo – seja de longe das mais estudadas (Backes & Moreau, 2012, p.9), não existe consenso acadêmico quanto à categorização destes partidos nacionalistas. Todas as definições levantam problemas. Por exemplo, a muitos destes partidos dá-se o rotulo de “extremismo”. Do ponto de vista da teoria política extremismo está geralmente ligado à exaltação da violência como solução para os problemas da sociedade. Movimentos extremistas rejeitam as regras do jogo (no contexto histórico atual, a democracia constitucional) e, estão dispostos a recorrer à violência para imporem a sua visão, seja ela qual for. Não há dúvida que partidos fascistas e neofascistas podem ser incluídos nesta definição (e até a acolhem). Mas a realidade é que nos dias de hoje é reduzido o número de partidos, como o *Chryssi Avgi* (“Aurora Dourada”), na Grécia, de origens e dinâmicas neonazis, que preenchem os requisitos do extremismo, nomeadamente o recurso à violência física contra pessoas e bens (no caso da Aurora Dourada, sobretudo contra os imigrantes). Muitos destes movimentos contemporâneos não celebram abertamente a violência e, pelo menos do ponto de vista formal, aderem, participando das tais regras (democráticas) do jogo (Hossay e Zolberg, 2002, p. 305). Isso não significa que o termo “extremismo” deixe de ser utilizado (continua a ser popular), mas não está seguramente isento de problemas conceituais. O mesmo se passa com o termo “radical”. Ele é aplicado por diferentes razões. Por um lado, muitos destes partidos são antissistema, rejeitam o centro político, e o chamado *establishment* (partidos políticos, elites financeiras, mídia). Por outro lado, porque rejeitam *algumas* (não todas) características da democracia liberal, como o pluralismo e a proteção de minorias. Contudo, para além do relativismo (aquilo que pode ser

radical em um país, pode não ser em outro), particularmente desde o início do século houve uma evolução ideológica de alguns partidos numa direção pró-liberal (em resposta a um novo contexto) que, se não invalida, levanta questões quanto ao segundo dos critérios para definir uma formação política como radical. Finalmente, muitos dos movimentos são vistos como manifestações de populismo. De fato, a defesa da soberania popular contra a sua manipulação, e abuso, por elites venais, constitui uma das ideias-chave de movimentos que dizem ser a personificação da verdadeira vontade do povo. Esta narrativa, contudo, está longe de ser exclusiva de movimentos nacionalistas *tout court*, e às vezes torna-se difícil de distingui-la de discursos, mais correntes, típicos de campanhas eleitorais e formulados por políticos mais convencionais. E também aqui ela depende do contexto (em algumas culturas políticas é mais aceitável do que em outras). Além disso, a designação populista pode, em princípio, descair para um discurso normativo de deslegitimação de políticos e movimentos incômodos (postos de lado como simples demagogos isentos de seriedade) por desafiarem interesses ou tabus enraizados. Finalmente, muitos destes movimentos, em linha com a sua autovisão como protetores da soberania popular, defendem uma democracia direta, e seus mecanismos (como referendos), exatamente em oposição a uma democracia representativa acusada de perpetuar o poder de algumas elites *contra* os interesses do povo. Nesse caso, a designação “populista” entra em choque com as categorias anteriormente citadas, especialmente a de “extremismo”. Todos estes conceitos (extremismo, radicalismo e populismo) são usados na literatura, variando de acordo com as preferências dos autores.

Esta indefinição conceitual não afeta a validade do conceito de nacionalismo para descrever esta, ainda que heterogênea, família política. Além disso, como o objetivo é interpretar as suas dinâmicas dentro da estrutura supranacional que é a União Europeia, este conceito revela-se particularmente útil. É importante também notar que esta família política não é constituída apenas por partidos políticos. Dela também fazem parte movimentos sociais, a ação coletiva de grupos que reivindicam mudanças e tentam impor os seus objetivos ao poder estabelecido. Eles não estão institucionalizados e desafiam o poder nomeadamente através de campanhas e protestos de rua. A *English Defense League* (EDL), e as ramificações desse tipo de “Ligas” na Europa, como o francês *Bloc Identitaire*, constituem exemplos de atores políticos fora da órbita dos partidos e unidos, neste caso, pelo anti-Islamismo. Finalmente, como não po-

deria deixar de ser em uma sociedade cada vez mais interdependente, e marcada pelo avanço das comunicações e das mídias digitais, os partidos políticos e os movimentos sociais são sustentados por toda uma rede, verdadeiramente transnacional, permanentemente *online*, e sempre presente na blogosfera e nas redes sociais. Esta rede acentua as dinâmicas de contra-poder desta dispersa família política.

2. OS QUATRO PILARES

De uma forma geral, é possível afirmar que a ideologia dos membros da família política nacionalista europeia assenta em quatro pilares ideológicos. Dois desses pilares (pela nação e pelo povo) dão aos membros uma identidade positiva (constituem aquilo que eles querem defender, e que dá sentido ao seu empenho), enquanto os outros dois (contra o Islã e contra a União Europeia), fornecem, sobretudo, uma identidade negativa (aquilo que eles rejeitam e atacam, como supremas ameaças). A importância dos pilares de identidade negativa não é igual em todos os agrupamentos, variando de acordo com as prioridades de cada um. Naturalmente, pelo meio, em permanente diálogo, existem outros objetivos e ameaças, mas todos eles acabam de uma maneira ou de outra por se ligar a estes quatro pilares ideológicos de motivação, justificação e ação, partidária ou extrapartidária.

2.1 Pela Nação

O *Front National* (FN), devido à sua longevidade, e importância no horizonte político francês (onde hoje é o terceiro maior partido), constitui um arquétipo do partido nacionalista europeu contemporâneo, e Jean-Marie Le Pen, o seu fundador e presidente até 2011 (substituído pela sua filha mais velha Marine Le Pen) desempenha o papel de um patriarca. De certa forma, e ao longo dos tempos, Le Pen, modelo e inspiração para muitos nacionalistas europeus, forneceu a narrativa que justifica, e continua a justificar, o combate de todos em prol das nações. Particularmente a partir da última década do século XX o combate à ideologia do globalismo é a justificação central para a mobilização nacionalista. A acusação é a de que o globalismo constitui um projeto para uma Nova Ordem Mundial, promovido por indivíduos e grupos transnacionais, e os seus aliados em cada país, destinado a erradicar as diversidades locais

e nacionais, desenraizando os povos de maneira a que o Mercado possa circular livremente num mundo uniforme, sem diferenças, e sem fronteiras. Todas as políticas das últimas décadas promovidas pela classe política, como a abertura de fronteiras, a imigração massiva (“invasão”), a queda da natalidade, ou a transferência de soberania para fora da nação (entidades supranacionais como a União Europeia), são todas elas peças de um gigantesco quebra-cabeça globalista. Contra este projeto totalitário o *Front Nacional* (e consequentemente todos os movimentos similares em outros países) está sozinho na defesa da nação que corre o risco (real e iminente na mente de nacionalistas) de desaparecer no magma massificador do globalismo (ver Le Pen, 1999). Segundo esta linha de pensamento, da resistência dos movimentos nacionalistas deriva o seu caráter único e excepcional, assim como a perseguição impiedosa das forças antinacionais (uma fusão de grupos externos e internos à nação). Esta visão heróica dos nacionalistas, como minorias que combatem em um clima de grande adversidade em prol de toda a sociedade (adormecida, ou incapaz de reagir), está bem enraizada nos seus militantes (Caiani *et al*, 2012, p. 127-30).

A força motora do discurso contra a imigração por parte destes grupos é a defesa da identidade nacional e cultural. Existem outros fatores, nomeadamente econômicos (como o desemprego), ou de lei e ordem (como a insegurança) que, de tempos a tempos, são invocados para reforçar o sentimento contra os imigrantes. E claro, nessas alturas, é mais fácil a recepção da mensagem nacionalista (que exploram o tema). Mas a questão da identidade – supostamente ameaçada de desagregação – é prioritária em muitas pesquisas de opinião junto de militantes nacionalistas (Bartlett *et al*, 2012, p. 55). Essa fixação na identidade, e da sua suposta desagregação, é uma das razões da “modernidade” destes grupos relativamente a grupos do passado. E a defesa da identidade, como algo imaterial, é algo que se adapta a diferentes contextos, inimigos, e, portanto, é facilmente transportável. Desta maneira, torna-se um tema-chave no arsenal de uma família política cuja ideologia é sempre potencialmente renovável (Ignazi, 2011, p. 61; Goodwin *et al*, 2012, p. 17-18).

A rejeição da imigração, sobretudo de países fora da Europa, mas também conjunturalmente de países europeus (especialmente do Leste) é alicerçada em uma lógica de exclusão, de delimitação de fronteiras identitárias entre quem pertence (“nós” que partilhamos a língua, valores, religião ou etnicidade) e quem não pertence à nação (ontologicamente vistos e rejeitados como os “outros”). Esta exclusão, contudo, e ao contrário de movimentos do passado, não é

baseada na raça, mas na cultura. Os povos não devem ser misturados para preservar a diversidade cultural e a autenticidade das várias comunidades étnicas. É incomum ouvir um discurso de superioridade racial. A exclusão é, portanto, baseada na *diferença*, que é urgente preservar, e portanto molda-se bem à narrativa anti-globalista (contra a uniformização galopante) dos movimentos nacionalistas. Pierre-André Taguieff chamou a este exercício de diferenciação cultural uma forma de racismo, em nome da etnofilia (Taguieff, 1994, p. 96-106). E a maior parte dos partidos, à sua maneira, aderem a este discurso nem que para isso tenham que negar as suas origens de exclusão racial. Um exemplo é o *British National Party* (BNP) que, para se modernizar, rejeita o multiculturalismo exatamente para manter “a diversidade humana, cultural e étnica”, porque “a diversidade é a base da humanidade, e deve ser respeitada e preservada em vez de abusada e destruída” (Griffin, 2006, p. 7).

Esta preferência pelos membros da nação como a comunidade que naturalmente, quase reflexivamente, pela simples razão de pertencerem a uma mesma nação, urge defender, preservar, e separar de influências alógenas, faz com que para alguns o conceito central da ideologia destes movimentos seja o nativismo (Mudde, 2007, p. 19). Muitos nacionalistas, aliás, se auto-denominam indígenas. De qualquer forma, desta dinâmica de inclusão/exclusão deriva o conceito de “preferência nacional”, ou seja, a preferência dada aos nativos (por exemplo no mercado de trabalho, ou na habitação), em detrimento dos não-nativos. Le Pen, mais uma vez tornou esta filosofia popular com o slogan “*Français d’Abord!*” (os franceses em primeiro!) que posteriormente foi e é utilizado por outras formações, em outras línguas. A sua sucessora, e filha, empenhada em arejar e modernizar o partido, de forma a tornar as suas propostas mais suaves e atraentes a um eleitorado mais vasto, comunga da mesma filosofia, preferindo, contudo, chamar-lhe de “prioridade nacional”, de forma a eliminar alusões a preferências étnicas, raciais ou religiosas (*Le Figaro*, 2011). Um exemplo de como sob a trave-mestra do nacionalismo as ideias, estratégias, e os estilos, vão evoluindo e adaptando-se a novos contextos sempre, com ou sem sucesso, na procura do poder.

2.2 Pelo Povo

As narrativas, práticas e imaginação destes movimentos – a sua visão do mundo – estão ancoradas numa dicotomia rígida entre as elites, invariavelmente

vistas como malignas e objetivamente trabalhando para a destruição da pátria, e o povo, genuíno e excelso, e talvez por isso fácil vítima, pela sua inocência, das vis maquinações antinacionais. Qualquer análise, por mais superficial que seja, das literaturas de muitos destes partidos facilmente encontra alusões a esta dicotomia, assim como a palavras de ordem como “dar a palavra ao povo”, ou a descrição dos partidos como genuinamente “populares”. Por exemplo, debaixo de uma tela onde se podia ler “dar a esperança ao povo”, num palco, Marine Le Pen num discurso aos militantes declarou ter sido a única na campanha presidencial (de 2012) a querer “voltar a dar ao povo francês o seu poder”. E continuou: “o poder ao povo e a mais ninguém! O poder ao povo e não aos bancos! O poder ao povo e não aos tecnocratas de Bruxelas! O poder ao povo e não a uma pequena casta midiática, financeira, e política que quer nos proibir de nos defendermos, e até de pensar!” (Le Pen, 2012). As palavras de Roberto Maroni, máximo dirigente da *Lega Nord*, e desde 2012 o seu secretário-geral, revelam a mesma auto-percepção: “A Liga [do Norte] é verdadeiramente o único partido do povo, sem interesses por trás, grandes ou pequenos. É a garantia da democracia, e de um governo pelo povo” (Maroni, 2008).

A referência à democracia não é aleatória. A palavra democracia, e seus derivados, é onipresente nos programas, discursos, e reivindicações destes partidos nacionalistas. A democracia como ela atualmente existe na Europa é rejeitada como uma farsa; ela não representa os interesses do povo mas serve apenas como instrumento para o manipular em benefício de uma oligarquia, cosmopolita e servidora do globalismo. O manifesto do *British National Party*, para as eleições legislativas de 2010, intitulado “Democracia, Liberdade, Cultura e Identidade”, começa com uma explicação: “A palavra democracia aparece no título por uma boa razão. Isso assinala o nosso desejo de preservar esta grande instituição”. E a democracia precisa de ser protegida porque está “ameaçada pela União Europeia e imigração massiva que ameaçam extinguir todas as nossas tradições e cultura” (BNP, 2010). Por isso, é comum a defesa por parte de muitos dos partidos de uma democracia “genuína,” “autêntica,” ou “verdadeira”. Geralmente, a concretização dessa “nova” democracia implica a transformação da democracia representativa, vista como espúria, em uma democracia direta, onde o povo poderá exercer a sua vontade sem deturpação. Só assim é que, depois de ter sido “roubada” e “manietada”, a soberania popular poderá ser restaurada. Nesta perspectiva, assiste-se à defesa incessante de mecanismos de democracia direta, como referendos (Marine Le Pen, por

exemplo, luta por uma “República referendária”), iniciativas de cidadãos, ou a possibilidade de revogação de mandatos.

Finalmente, esta postura nacionalista de “defensores do povo” manifesta-se também na defesa que fazem de direitos cívicos e políticos, como a liberdade de expressão, e a possibilidade de debater sem restrições assuntos sensíveis, contra a censura e o politicamente correto instituído pelo sistema como forma de reprimir aqueles que pensam diferente. Muitos destes movimentos também lutam pelo direito à privacidade contra um Estado cada vez mais invasivo e intrusivo, nomeadamente do ponto de vista tecnológico. Mais uma vez, essa privacidade é escudada contra o controle absoluto que o sistema quer exercer sobre todos, especialmente sobre os seus opositores (Zúquete, no prelo). Esta defesa de direitos é formulada para o bem do povo, mas com óbvios benefícios para os nacionalistas.

2.3 Contra o Islã

Durante muito tempo o discurso anti-Islâmico constituía uma parte da narrativa anti-imigração dos partidos nacionalistas; ou seja, refletia uma preocupação mais geral com o tema da imigração. Mas é, sobretudo, a partir do início do terceiro milênio, e no seguimento dos atentados de terroristas islâmicos, que gradualmente o tópico da ameaça islâmica começa a ganhar vida própria, tornando-se um elemento preponderante da ideologia dos movimentos nacionalistas europeus. De uma forma geral, estes partidos baseiam a sua rejeição do Islã e da presença islâmica na Europa na necessidade de defender a identidade liberal dos países europeus contra o anti-liberalismo Islâmico. Assim, o Islã é denunciado como uma ameaça à liberdade religiosa, igualdade de gêneros, e liberdade de expressão. Veja-se a forma como Mogens Camre, um antigo membro do Parlamento Europeu do Partido do Povo Dinamarquês, rejeita práticas culturais muçulmanas: “Véus e burcas representam uma discriminação das mulheres. O objetivo é de manter as mulheres isoladas da sociedade e negar-lhes liberdade e igualdade. Nenhuma sociedade pode desenvolver-se sem liberdade e igualdade para as mulheres” (Camre, 2006). Os partidos chegam mesmo a enlaçar o combate ao Islã com a necessidade de defender os direitos de minorias, como os Judeus, e em alguns casos, as comunidades homossexuais. E esta evolução ideológica, motivada pelo aparecimento de uma nova ameaça, atravessa a quase totalidade dos partidos nacionalistas

européus. O anti-semitismo, desde há muito uma característica, notória ou escondida, de muitos destes movimentos passou em alguns casos para um verdadeiro filo-semitismo. Marine Le Pen, por exemplo, reorientou o discurso do seu partido numa direção pró-judaica. Ao mesmo tempo, recusou qualquer associação de homofobia ao seu partido, denunciando a perseguição de que os homossexuais são alvo em comunidades predominantemente muçulmanas (Libération, 2011).

A forte oposição, presente em todos os partidos, à entrada da Turquia na União Europeia concilia os discurso anti-imigração e anti-Islã. A abertura das fronteiras levaria a uma “invasão” sem controle de imigrantes, sobretudo de um país muçulmano, com a consequência fatal de transformar para sempre as sociedades europeias. A Turquia é, acima de tudo, vista como um país estranho à Europa, um “outro” absoluto. O programa para a Europa do *Front National* prevê a formação de uma “união pan-europeia”, incluindo a Rússia, mas especificamente declarando que “a Turquia não será associada a este projeto” (*Front National*, 2012). Muitas vezes os partidos recorrem a “lições da história”, e a batalhas antigas entre Cristãos e Otomanos, para reforçar o combate do presente. O Partido da Liberdade Austríaco, por exemplo, numa das eleições municipais em Viena, distribuiu como material de campanha uma charge, aludindo ao cerco Turco de Viena (no século XVII), no qual o sultão muçulmano diz “se eu não tiver sucesso desta vez, os meus sucessores terão de se tornar membros da União Europeia” (Rosenberger & Hadj-Abdou, 2013, p. 156). Este diálogo entre o passado e o presente, e entre a sempiterna guerra entre a Europa Cristã e o Inimigo Islâmico (o Turco), é recorrente nas narrativas nacionalistas.

Em relação aos partidos a única variação do combate ao Islã é de intensidade. Nessa escala, alguns partidos destacam-se, fazendo parte do movimento internacional anti-Islâmico, conhecido como *Counter-Jihad* (contra-Jihad), e composto por uma rede, física e digital, de indivíduos, associações, movimentos, com especial incidência no mundo anglo-saxónico, que denuncia a colonização islâmica da Europa (a “Eurábia”), a submissão das elites dirigentes, e o perigo do Ocidente cair sob pressão islâmica. Geert Wilders, o líder do Partido da Liberdade Holandês, é uma das figuras destacadas desta Internacional anti-islâmica (Vossen, 2011, p. 186). Juntamente com os líderes do *Vlaams Belang* belga, do partido da Liberdade Austríaco, e dos Democratas Suecos, Wilders visitou Israel, onde o grupo assinou a chamada “Declaração de Israel” de 2010: “Nós fazemos parte da luta mundial dos defensores da democracia e direitos

humanos contra todos os sistemas totalitários e os seus cúmplices. Nós estamos na frente de combate pela comunidade Ocidental democrática de valores [...] Nós estamos empenhados nos ideais humanistas do Iluminismo, uma fase histórica necessária para o desenvolvimento, que o Islã nunca passou” (Moreau, 2012, p. 122). E desta forma, juntos, comprometeram-se a defender os valores e a civilização judaico-cristã, e o Estado de Israel, contra o totalitarismo Islâmico.

Da parte europeia deste frente internacional anti-islâmica fazem parte também movimentos sociais. A *English Defense League* (EDL), formada em 2009, caracteriza-se, sobretudo, pelo ativismo e protesto de rua, e uma forte presença *online*, contra a presença islâmica na Europa. O seu repertório inclui marchas e demonstrações (contra a construção de mesquitas, por exemplo), de milhares de pessoas (sobretudo na fase inicial da EDL) muitas vezes gerando confrontos com a polícia ou outros grupos de manifestantes. Em sua página na internet, a EDL é definida como uma emanação popular, espontânea, contra o abandono de que foi alvo o povo pelas classes políticas incapazes (ou sem vontade, ou deliberadamente) de responder à crescente afirmação de comunidades muçulmanas no país. Foi esse abandono que levou à mobilização – à ação direta, sem mediação – fora dos mecanismos tradicionais de representação política. Afinal de contas, o Islã “não é apenas um sistema religioso, mas uma ideologia política e social [...] é contrário a tudo aquilo que mais estimamos na democracia liberal britânica, e [por isso] tem que mudar e ajustar-se às leis e ideais seculares e liberais” (EDL, 2011). Um pouco por toda a Europa existem Ligas que se inspiraram na EDL, embora, até ao momento, sem o seu impacto. Já o *Bloc Identitaire* (BI), que surge a partir de 2003, é um movimento composto na sua maioria por jovens, muito ativo na internet (onde criaram a sua própria agência de notícias), e que recusam a “islamização” da França por ser um atentado à identidade do país (autodenominam-se de “identitários”). Esse combate é feito também através de campanhas de rua, sensacionalistas, destinadas a chocar e a atrair a atenção da mídia. Por exemplo, organizam “marchas de suínos” (com máscaras) em protesto contra a comida *halal*, ou organizam *buffets* de “porco e vinho” em bairros predominantemente muçulmanos. Também fundaram as chamadas “casa de identidade”, comunitárias, descritas como “zonas de liberdade”, onde ocorrem atividades intelectuais, culturais e desportivas, e se celebra a cultura nativa ameaçada pelo globalismo e pela “imigração-islamização” (Robert, 2012).

O tema do anti-Islamismo gera, como se vê, as mais variadas reações, e atravessa transversalmente as forças nacionalistas europeias. É, contudo, preciso chamar a atenção para diferenças geográficas. No sudeste da Europa o partido grego Aurora Dourada, é fortemente anti-judaico, vê nos judeus agentes conspiradores, e o seu líder nega a existência do Holocausto (Michaloliakos, 2012). Na Europa Central e do leste o tema do anti-semitismo continua a ser ostensivo. O partido Húngaro Jobbik, por exemplo, herdeiro de uma longa tradição, vê nos judeus forças subversivas, e é fortemente anti-Israel (Eros *et al*, 2012, p. 85-87). Para além disso, vê no Islã, como sistema cultural e político, um potencial aliado na luta contra o materialismo e o globalismo. Também neste pilar ideológico, portanto, se pode ver a discordância na família política.

2.4 Contra a União Europeia

Nesta dimensão ideológica dos nacionalistas europeus houve igualmente uma evolução. O projeto de integração europeia para alguns partidos gerou algum entusiasmo, nomeadamente no contexto da Guerra Fria e da necessidade de maior convergência, nomeadamente no campo da defesa comum. Outros partidos, sobretudo os de origem regional, como a *Lega Nord*, viam no supranacionalismo europeu uma oportunidade de enfraquecer o centralismo do Estado-Nação. De qualquer forma, a visão europeia sempre esteve presente, sobretudo através da defesa de uma “Europa das Pátrias”, respeitadora da integridade e soberania de cada Estado. É realmente a partir do início da década de 90, e da aceleração de dinâmicas federalistas, e de transferência de soberania para instituições no exterior dos Estados nacionais, que se dá uma virada geral para uma posição de rejeição absoluta da Comunidade Europeia (depois União Europeia). Já em 1991, em um dos manifestos do *Front National*, é patente esta tensão: “Jean-Marie Le Pen é partidário de uma Europa das Pátrias. Ele é hostil à Europa burocrática e cosmopolita que se está a organizar em Bruxelas. Ele é a favor de uma França francesa numa Europa Europeia” (*Militer au Front*, 1991, p. 149). Nesse sentido, o Tratado de Maastricht (1992) sela definitivamente a hostilidade nacionalista ao projeto europeu. Os motivos para tal rejeição enquadram-se bem na filosofia anti-globalista dos nacionalistas, promovida em primeiro plano pelo líder do *Front National*. O novo tratado representava um passo decisivo “na guerra permanente que as forças obscuras e os *lobbies* fazem às nações, contra o conceito mesmo de nação”

(Le Pen, 1992, p. 5). A partir desse momento a União Europeia passou, decisivamente, a ser vituperada como um exemplo paradigmático da tentativa de imposição de uma ordem artificial (visando a uniformidade), sobre a ordem natural (a diversidade das nações). Com uma ou outra alteração, esta explicação vai perdurar no tempo e justificar a mobilização nacionalista contra a União Europeia, esse “super-estado neo-jacobino”, uma criação “stalinista [...] a União Soviética do Ocidente”, nas palavras do fundador da *Legia Nord*, Umberto Bossi (2002).

Mas a história da relação dos vários nacionalismos com a Europa também é a história da promoção de um modelo alternativo, nacionalista, de integração europeia. Nesse sentido, importa salientar que o campo nacionalista, desde cedo, tentou tirar partido das estruturas transnacionais oferecidas pela integração europeia para melhor combatê-la. O objetivo é lutar contra a unificação europeia, tal como ela é atualmente, servindo-se dos seus próprios mecanismos, e com o propósito de destruí-la. Uma espécie de cavalo de Tróia atualizado, e mudado, para Bruxelas. Até ao momento sem o sucesso que os Gregos, na altura, tiveram.

As eleições para o parlamento europeu desde cedo ofereceram a possibilidade de cooperação entre nacionalistas, nomeadamente através da formação de um grupo político parlamentar. Embora não seja fácil (implica no mínimo 25 membros de pelo menos 7 estados-membros), isso foi conseguido nomeadamente em 2007 com a constituição do grupo “Identidade, Tradição, e Soberania”, dedicado aos “valores Cristãos, e à tradição da civilização Europeia” (ITS), que, contudo, acabou por se dissolver devido a lutas internas. Outra frente transnacional de combate para os nacionalistas é a oportunidade, criada pelo Tratado de Maastricht, de formação de “partidos políticos Europeus”, reconhecidos e financiados pela União Europeia. Um desses partidos, por exemplo, agrupa nacionalistas de esquerda e progressistas (a “Aliança Livre Europeia” – ALE). Também os nacionalistas anti-UE não deixaram passar a oportunidade. Em 2008 alguns partidos anunciaram a criação de um partido pan-europeu, o “Partido Patriota Europeu”, contra a globalização, a imigração e a islamização. O líder do Partido da Liberdade Austríaco, Heinz-Christian Strache, repetindo um slogan popularizado por Le Pen, disse na ocasião “patriotas de todos os países europeus, uni-vos!” porque “só juntos resolvemos os nossos problemas” (DW, 2008). No seguimento deste contexto irá surgir no final de 2010, a “Aliança Europeia pela Liberdade”, com o estatuto de partido

político europeu, subsidiado pela UE, e com a incumbência, anunciada, de impedir a deriva “totalitária” da UE (EAF).

Outros nacionalistas também aproveitaram a oportunidade política proporcionada pela UE e, também eles, criaram um partido político europeu paralelo, a Aliança dos Movimentos Nacionais Europeus, no final de 2009, com objetivos semelhantes como a oposição ao “super Estado Europeu” e a “todas as formas de totalitarismo” (AEMN). Desta aliança transnacional fazem parte, entre outros, o *British National Party*, e o *Jobbik* Húngaro. A revelação que este partido europeu, de acordo com regulamentos europeus, iria também ser financiado (recebeu perto de 300 mil euros em 2012) provocou a ira de alguns deputados europeus (European Voice, 2012), e desencadeou mesmo uma campanha de organizações europeias anti-racistas (Lowles, 2013).

Talvez o mais revelador deste combate transnacional, por parte de nacionalistas, seja a constatação da sua desunião. Animosidades pessoais, rivalidades históricas, questões de estratégia (partidos com maior sucesso eleitoral não querem ser associados a partidos minúsculos, ou a partidos com má reputação), e divergências ideológicas, impossibilitam a formação de uma frente unida, pondo em causa, de certa forma, o sucesso da sua batalha contra a UE e, naturalmente, o triunfo de qualquer visão alternativa para a Europa.

3. O PERIGO ESTÁ NOS EXTREMOS?

O problema em catalogar a trajetória dos partidos nacionalistas no horizonte político europeu como uma de “ascensão” é que se corre o risco de relativizar o quão íngreme ela tem sido. Ou seja, os obstáculos, ao longo destas décadas, tem sido vários. As lições da história não foram esquecidas pelas democracias europeias, no sentido que elas hoje são defensivas, e dispõem de todo um arsenal cívico e judicial que não só inculca as virtudes democráticas na sociedade civil (através da educação, por exemplo) como ataca, muitas vezes pela raiz, a mobilização potencial de partidos, ou movimentos, vistos como “extremistas” ou “perigosos”. Nem todas as democracias levam esta missão com a mesma intensidade (umas são mais militantes que outras), mas todas usam um sistema de proteção (Pedahzur, 2004). Discurso visto como racista, ou de incitação racial, é fortemente punido e em 2004, o *Vlaams Blok* belga foi obrigado a mudar de nome e de programa (passando a chamar-se *Vlaams Belang*) na sequência de um processo movido pelo Estado contra associações ligadas ao partido. Na

Alemanha, o NPD (Partido Nacional Democrático) já foi alvo de duas tentativas do Estado para bani-lo, a última das quais iniciada em dezembro de 2012, devido ao caráter “antidemocrático”, “violento”, e por isso “anticonstitucional”, do partido. Um dos meios a que o Estado alemão tem recorrido é ao uso de informadores, e em 2003, a tentativa de ilegalizar o partido falhou exatamente porque um número significativo de altos dirigentes do NPD eram agentes do Estado (DW, 2012). Ao longo dos anos, líderes como Jean-Marie Le Pen, Nick Griffin, ou Geert Wilders, entre outros, foram acusados de incitação ao ódio racial e tiveram que se defender nos tribunais. Muitas vezes estes processos são iniciados por associações anti-racistas, grupos judaicos, ou muçulmanos. A percepção da repressão judicial sobre a linguagem, ou sobre aquilo que é admissível propor, está bem presente na resposta de um dos líderes do *Vlaams Belang* quando questionado sobre a solução para o perigo da islamização da Europa: “O que pode ser feito? Eu tenho que ser muito cuidadoso (na resposta). A América tem a primeira emenda que protege a liberdade de expressão. Na Europa nós temos a censura e o politicamente correto” (Dewinter, 2006).

Para além desta pressão estatal, e de ativistas da sociedade civil, tem existido outras maneiras de relativizar (e até mesmo anular) o sucesso eleitoral de partidos. Um dos mais frequentes é a imposição de um “cordão sanitário”, um acordo entre representantes dos partidos mais centristas, dominantes, que impede a participação nos governos (nacionais ou locais) de partidos acusados de extremismo e defenderem posições vistas como desrespeitáveis ou moralmente condenáveis (Ignazi, 2011, p. 62). O *Vlaams Blok* na Bélgica, ou o *Front National*, por exemplo, foram alvo deste tratamento durante muito tempo. Por outro lado, esta marginalização de partidos que desafiam o centro político, é mais fácil de acontecer em regimes eleitorais de representação proporcional, que tendem a favorecer os partidos dominantes. Um exemplo disso é a ausência no parlamento francês, durante muitos anos, do *Front National*, mesmo contando com percentagens significativas de votos.

Finalmente, o crescimento deste tipo de partidos nacionalistas está longe de ser uniforme. Ou seja, por cada exemplo de sucesso existem outros de insucesso (Backes, 2012). Se países como a França, Itália, Holanda, países nórdicos, a Áustria ou a Hungria tem partidos robustos, em outros países como Portugal, Espanha, Alemanha, ou mesmo o Reino Unido, não tem existido um desafio nacionalista sério, e continuado, ao sistema político. Razões ligadas ao peso da memória histórica, cultura política, inexistência de estruturas de

oportunidade, ou simples inépcia por parte dos partidos, podem explicar esta ausência. De qualquer forma, ela contribui para uma visão mais condicional dessa ascensão nacionalista.

Estas condicionantes, contudo, não eliminam totalmente a validade da narrativa. Existem, sobretudo, duas dinâmicas fundamentais que facilitam a visibilidade, eleitoral, mediática e de intervenção política, de movimentos nacionalistas. A primeira dinâmica tem a ver com a abertura do sistema político (1) a partidos nacionalistas. Ao fim de décadas de marginalização, e da criação de cordões sanitários, em alguns países, e em regime de coligação, os nacionalistas tem tido finalmente acesso ao poder. Há mesmo quem diga que o momento chave, e que rompeu com o consenso da marginalização, abrindo as portas a que outros países lhe seguissem o exemplo, foi a entrada do partido Austríaco da Liberdade, então liderado por Jörg Haider, no governo conservador em 2000, onde se manteve até 2005 (um episódio que provocou, mesmo uma reação punitiva por parte da UE) (Ignazi, 2011, p. 68). A realidade é que depois deste quebrar da grande barreira, outras coligações entre partidos conservadores, de direita, e partidos nacionalistas sucederam-se na Dinamarca, na Itália (a *Lega Nord* esteve em coligação nos governos de Berlusconi de 2001 a 2006, e de novo de 2008 a 2010), na Holanda, e na Noruega. É provável que por trás destas coligações esteja estratégia política. Ou seja, os partidos conservadores chegaram à conclusão que era mais vantajoso, para os seus próprios fins políticos, aliar-se a partidos mais nacionalistas (numa relação de custo-benefício o partido dominante tem mais ministérios, tem que fazer menos concessões do que teria que fazer à esquerda, e pode esvaziar o eleitorado do seu parceiro de coligação) (de Lange, 2012).

Esta dinâmica de abertura do sistema, que ajuda na aceitação dos nacionalistas, liga-se a outra, mais vasta, insidiosa, mas não menos importante: uma dinâmica pública (2). E ela baseia-se na questão de saber se é o movimento dos nacionalistas que influencia a população (o que durante muitos anos se chamou, na França, de “lepenização dos espíritos”), sendo responsável pela disseminação, respeitabilidade, e legitimação de temas como a “anti-imigração”, ou o “anti-Islã” ou se, pelo contrário, este movimento serve como espelho de correntes de opinião e sentimentos que estão espalhados pela sociedade. Neste caso, ao invés de moldar, o movimento é moldado pela opinião pública. Esta questão é pertinente, até porque, de uma maneira geral, as atitudes da população, relativamente à imigração (negativas), às instituições políticas (nega-

tivas) ou apoio à integração europeia (em declínio), tem permanecido estáveis no longo-termo, antecedem, e atravessam, a tal ascensão nacionalista. Estes partidos podem contribuir para o agravamento de posições, ou uma maior intensidade, mas a sua influência é relativa (Mudde, 2013, p. 6-7).

Veja-se como os inquéritos de opinião à população europeia, embora com variações nacionais, revelam níveis continuados, e significativos, de oposição à imigração. A título de exemplo, um inquérito de 2011 mostra que o impacto da imigração é visto de forma negativa na Bélgica (72%), Grã-Bretanha (64%), Itália (56%), Espanha (55%), França e Alemanha (54%), e Hungria (52%). No mesmo inquérito, a percentagem de inquiridos no Brasil que veem a imigração de forma negativa é significativamente menor (11%) (Ipsos, 2011). E de uma forma geral, quando se trata especificamente da imigração muçulmana, os inquéritos revelam ainda maior animosidade, ou incredulidade quanto à possibilidade de integração nas sociedades europeias. Por exemplo, na Alemanha (72%), Espanha (69%), França (54%) e na Grã-Bretanha (52%), a maior parte das populações considera que os muçulmanos não querem integrar-se (Pew, 2011).

Ao mesmo tempo, um olhar, necessariamente impressionista, sobre os discursos públicos relativos a temas como a imigração, nas esferas governativas e da comunicação social, em vários países, revela uma atitude mental de clara confrontação. O caso da Grã-Bretanha é paradigmático. É um dos países com maior índices de oposição à imigração, sobretudo de países exteriores à UE, mas também de países de Leste (como a Romênia e a Bulgária), e os inquéritos revelam a existência de um espaço político para um partido nacionalista forte (Fear and Hope, 2012). A cultura tablóide, de jornais como o *Daily Express*, ou o *Daily Mail*, é fortemente anti-imigração e regularmente são veiculadas opiniões que poderiam ser formuladas por qualquer dos partidos nacionalistas. E no plano da governança a mensagem que se quer passar é a de que a época da abertura e do laicismo chegou ao fim. A atual (2013) ministra do interior, Theresa May, é clara: “Após anos de imigração massiva temos perante nós a enorme tarefa de construir uma sociedade coesa e integrada. Se permitíssemos mais imigração isso seria impossível” (May, 2012). Esta atitude mental está longe de ser exclusiva dos britânicos. Em 2011, o governo holandês de centro-direita, apresentou ao parlamento uma “nova lei de integração” dos imigrantes caracterizada pela sua combatividade em defesa da cultura autóctone: “O governo partilha da insatisfação relativamente ao modelo multicultural da

sociedade e planeja mudar a prioridade para os valores do povo holandês. [...] Uma maior obrigação de integração é justificada porque é isso que o governo exige dos seus cidadãos. Caso contrário, a sociedade gradualmente se desune e ninguém se sente em casa na Holanda” (Kern, 2011). Søren Pind, ministro da integração dinamarquês em 2011, não deixou dúvidas quanto a sua filosofia de ação, nomeadamente a necessidade dos imigrantes tornarem-se dinamarqueses através da adoção dos valores e tradições dinamarquesas, em vez da “mistura de culturas que pode fazer implodir todo o edifício”. A integração deve transformar-se em “assimilação” (Pind, 2011). Na França, o maior partido de direita, e num contexto de competição com o *Front National*, promoveu a mesma ideia da necessidade de autocentrar o debate da imigração numa perspectiva de defesa da cultura nacional. Afirmações como as de Claude Guéant, o ministro do interior durante a presidência de Sarkozy, exemplificam esta mudança: “Os franceses às vezes sentem que já não estão em casa deles”. Ou então, “obviamente que nem todas as civilizações tem o mesmo valor, aquelas que defendem valores humanitários como a nossa são mais avançadas” (Le Figaro, 2012). Esta sinopse é fragmentária, mas ajuda a levantar o véu sobre o alastramento nas chamadas correntes políticas dominantes de argumentos de combate cultural relativamente ao assunto da imigração. E torna também a análise dos nacionalismos europeus, em vista desta relação dinâmica entre os “extremos” e o “centro”, necessariamente mais complexa, com mais *nuances*, do que à primeira vista se poderia supor.

4. CONCLUSÃO

O título “entre o alarmismo e o conformismo” é a constatação de que, muitas vezes, no início do século XXI, a disposição relativamente aos movimentos nacionalistas europeus flutua entre o medo (porque eles existem, o que choca) e a resignação (porque vão sempre existir, e estão enraizados). É verdade que, presentemente, assiste-se ao fortalecimento de alguns grupos, nomeadamente no mercado eleitoral, que em algumas circunstâncias especiais (em coligação) permite-lhes o acesso ao poder. Mas a sua ascensão é sempre condicionada, e as democracias-liberais de hoje, e a própria UE, mesmo concedendo um espaço de atuação a estes movimentos que gradualmente se vai alargando, continuam a dispor de suficiente força para repelir qualquer ataque ao equilíbrio e estabilidade do sistema político europeu. Mais do que os movimentos nacionalistas

por si só, serão outros tipos de dinâmicas, como um progressivo (e visível) endurecimento das mentalidades europeias numa direção mais homogênea e menos receptiva aos “outros” (definidos como não-europeus), seja por razões econômicas, de coesão social ou culturais, que poderão transformar o atual tecido institucional e civilizacional da Europa. Talvez essa seja a verdadeira, e derradeira, mensagem deste capítulo.

JOSÉ PEDRO ZÚQUETE é doutor em ciência política (2005), trabalha no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e é, desde abril de 2013, pesquisador-visitante do Instituto de Estudos Sociais e Políticos do Rio de Janeiro. E-mail: jpzuquete@gmail.com

REFERÊNCIAS

AENM. *Documenti*. 2012. Acessível em: <http://aemn.it/documenti.htm>

BACKES, Uwe e MOREAU, Patrick. Introduction. In: BACKES, Uwe e MOREAU, Patrick (orgs.), *The Extreme Right in Europe: Current Trends and Perspectives*, Oakville, CT: Vandenhoeck & Ruprecht, 2012. p. 9-11.

BACKES, Uwe. The Unsuccessful Parties – Ideologies, Strategies, and Conditions of the Failure. In: BACKES, Uwe e MOREAU, Patrick (orgs.). *The Extreme Right in Europe: Current Trends and Perspectives*, Oakville, CT: Vandenhoeck & Ruprecht, 2012. p.149-170.

BARTLETT, Jamie; BIRDWELL, Jonathan, e Mark LITTLER. *The New Face of Digital Populism*, London: Demos, 2011.

BNP. *Democracy, Freedom, Culture and Identity: British National Party General Elections Manifesto 2010*, British National Party, 2010.

BOSSI, Umberto. Intervento del Segretario Federale., Veneza, 15 de Setembro de 2002.

CAIANI, M.; DELLA PORTA, D.; WAGEMANN, C. *Mobilizing on the Extreme Right: Germany, Italy, and the United States*. New York: Oxford University Press, 2012.

CAMRE, Mogens. Comunicação por e-mail, 31 de Outubro de 2006.

DE LANGE, Sarah. New Alliances: Why Mainstream Parties Govern with Radical Right-Wing Populist Parties. *Political Studies*, 60 (4), p. 899-918, 2012.

DEWINTER, Filip. Comunicação por e-mail, 14 de Novembro de 2006.

DW – Deutsche Welle. Right-Wing Leaders to Form a European “Patriotic” Party”. 26 de Janeiro de 2008. Acessível em: <http://www.dw.de/right-wing-leaders-to-form-a-european-patriotic-party/a-3090759-1>

DW – DEUTSCHE WELLE. Germany faces tough struggle over NPD ban”, 5 de Dezembro de 2012. Acessível em: <http://www.dw.de/germany-faces-tough-struggle-over-npd-ban/a-16429160>

EAF – EUROPEAN ALLIANCE FOR FREEDOM. *Statutes*. 2011. ccessível em: <http://www.eurallfree.org/?q=node/72>

ENGLISH DEFENSE LEAGUE. Mission Statement. 2011. Acessível em: <http://englishdefenseleague.org>

EROS, Ferenc; PULAY, Gergo & UJLAKY, Judit. L'extrême droite en Hongrie : Aperçu historique et analyse des stratégies d'aujourd'hui. In: ORFALI, Birgita (org.). *L'adhésion à l'extrême droite: Étude comparative en France, Hongrie, Italie et Roumanie*. Paris: L'Harmattan, 2012. p. 79-101.

EL PAÍS. Europa o el caos. 25 de Janeiro de 2013. Acessível em: http://internacional.elpais.com/internacional/2013/01/25/actualidad/1359117883_420395.html

EUROPEAN VOICE. MEPs want to stop EU funds reaching far-right parties. 4 de Abril de 2012. Acessível em: <http://www.europeanvoice.com/article/imported/meps-want-to-stop-eu-funds-reaching-far-right-parties/74049.aspx>

FEAR AND HOPE. *Report*. 2012. Acessível em: <http://www.fearandhope.org.uk/executive-summary/>

FRONT NATIONAL. *Notre politique étrangère, la politique du Grand large!* 2012. Acessível em: <http://www.frontnational.com/le-projet-de-marine-le-pen/politique-etrangere/notre-politique-etrangere/>

GOODWIN, Matthew, RAMALINGAM, Vidhya & BRIGGS, Rachel. *The New Radical Right: Violent and Non-Violent Movements in Europe*. London: Institute for Strategic Dialogue, 2012.

GRIFFIN, Nick. Modern Nationalism: The New Force in Politics. *Identity*, p. 4-11, maio 2006.

HOSSAY, Patrick e ZOLBERG, Aristide. Democracy in Peril? In: SCHAIN, Martin; ZOLBERG, Aristide e HOSSAY, Patrick (orgs.). *Shadows over Europe: The Development and Impact of the Extreme Right in Western Europe*. New York: Palgrave Macmillan, 2002. p. 301-313.

IGNAZI, Piero Les Partis D'Extreme Droite En Europe De L'Ouest. *Les Cahiers du CEVIPOF*, No. 53, Abril, p. 59- 81, 2011.

IPSOS. Globalviewsonimmigration.2011.Acessível em: http://www.ipsos.fr/sites/default/files/attachments/globaladvisor_immigration.pdf

LE FIGARO. M. Le Pen défend la préférence nationale. 26 de Novembro de 2011. Acessível em: <http://www.lefigaro.fr/flash-actu/2011/11/26/97001-20111126FILWWW00475-m-le-pen-defent-la-preference-nationale.php>

LE FIGARO. Civilisations: Guéant crée une polémique. 5 de Fevereiro de 2012. Acessível em: <http://www.lefigaro.fr/flash-actu/2012/02/05/97001-20120205FILWWW00008-civilisations-gueant-cree-une-polemique.php>

LE PEN, Jean-Marie. Le discours de Jean-Marie Le Pen à la Trinité. *Présent*, 2 e 3 de Setembro de 1992.

LE PEN, Jean-Marie. “Universite d’ete du Front National a Orange”, 3 de Setembro.

LE PEN, Marine. UDT 2012 - La Baule: Discours de Marine Le Pen. 26 de Setembro de 2012. Acessível em: <http://www.frontnational.com/videos/udt-2012-la-baule-intervention-de-marine-le-pen/>

LIBÉRATION. Pourquoi Marine Le Pen defend les femmes, les gays, les juifs,” December 2011. Acessível em: <http://www.liberation.fr/politiques/01012309000-pourquoi-marine-le-pen-defend-les-femmes-les-gays-les-juifs>

LOWLES, Nick. Let’s choke off their funding. 22 de Janeiro de 2013. Acessível em: <http://www.hopenothate.org.uk/blog/article/2449/hope-in-action>

MARONI, Roberto. “Lega, garanzia di democrazia” 11 de Abril, acessível em www.leganord.org

KERN, Soeren. The Netherlands to Abandon Multiculturalism. 23 de Junho de 2011. Acessível em: <http://www.gatestoneinstitute.org/2219/netherlands-abandons-multiculturalism>

MAY, Theresa. Home Secretary Speech on ‘An Immigration System that Works in the National Interest’. 12 de Dezembro de 2012. Acessível em: <http://www.homeoffice.gov.uk/media-centre/speeches/home-secretary-imm-speech-dec12>

MICHALOLIAKOS, Nikos. Entrevista. 2012. Acessível em: <http://www.youtube.com/watch?v=yXy7f17GXtQ>

MILITER AU FRONT. Paris: Editions Nationales, 1991.

MOREAU, Patrick. The Victorious Parties – Unity in Diversity? In: BACKES, Uwe e MOREAU, Patrick (orgs.). *The Extreme Right in Europe: Current Trends and Perspectives*, Oakville, CT: Vandenhoeck & Ruprecht, 2012. p. 75-148.

MUDDE, Cas. *Populist Radical Parties in Europe*. New York: Cambridge University Press, 2007.

MUDDE, Cas. Three decades of populist radical right parties in Western Europe: So what?. *European Journal of Political Research*, 52, p. 1-19, 2013.

PEDAHZUR, Ami. The defending democracy and the extreme right: a comparative analysis”, in EATWELL, Roger e MUDDE, Cas, *Western Democracies and the New Extreme Right Challenge*, New York: Routledge, 2004. p. 108-132.

PEW. Muslim-Western Tensions Persist. 2011. Acessível em: <http://www.pewglobal.org/2011/07/21/muslim-western-tensions-persist/>

PIND, Søren. Entrevista. 2011. Acessível em: <http://www.youtube.com/watch?v=SNh7h6RxiYs>

ROBERT, Fabrice. The Identitaire’ have a historical role to play. 2 de Fevereiro de 2012. Acessível em: <http://www.bloc-identitaire.com/actualite/2284/english-interview-fabrice-robert-bloc-identitaire-historical-role-to-play>

ROSENBERGER, Sieglinde e HADJ-ABDOU, Leila. Islam at Issue: Anti-Islamic mobilization of the extreme-right in Austria. In: MAMMONE, Andrea; GODIN, Emmanuel e JENKINS, Brian. (orgs.). *Varieties of Right-Wing Extremism in Europe*, London: Routledge, 2013. p. 149-163.

TAGUIEFF, Pierre-André. *Sur la nouvelle droite: jalons d’une analyse critique*. Paris: Descartes, 1994.

VAN SPANJE, Joost. The Wrong and the Right: A Comparative Analysis of ‘Anti-Immigration’ and ‘Far Right’ Parties. *Government and Opposition*, 46 (3), p. 293-320, 2011.

VOSSEN, Koen. Classifying Wilders: The Ideological Development of Geert Wilders and His Party for Freedom. *Politics*, 31 (3), p. 179-189, 2011.

ZÚQUETE, José Pedro. A Europa, a Extrema-Direita, e o Islão. *Locus: Revista de História*, Vol. 18, No 1, 209-240, 2012. Acessível em: <http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/locus/article/viewFile/1996/1441>

ZÚQUETE, José Pedro (no prelo). ‘Free the People’: The Search for ‘True Democracy’ in Western Europe’s Far-Right Political Culture. In: TORRE, Carlos de la (org.). *Power to the People? Populism, Insurrections, Democratization*. Lexington, KY: University of Kentucky Press.